

Apresentação do Dossiê – Edição especial

Educação Infantil: a defesa da gestão pública e do direito à qualidade

Menissa Cícera Fernandes de Oliveira Bessa¹
Universidade Federal do Tocantins

Leonice Matilde Richter²
Universidade Federal de Uberlândia

Jocicleia Souza Printes³
Universidade do Estado do Amazonas

Theodor Adorno, filósofo alemão, no texto “Educação após Auschwitz”, evidencia, de forma consternada, uma imprescindível função da educação: “a exigência de que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação” (Adorno, 2003, p. 119). Esta afirmação tem ressoado desde sua publicação nos anos de 1960, entretanto, o contexto atual nos faz revisitar essa reflexão para amplificar o alerta sobre a necessidade do enfrentamento dos processos de barbárie, próprios do comportamento humano (Adorno, 2003). Vivemos no tempo presente retrocessos nas mais diversas áreas da vida, e as crianças, parcialmente vistas e respeitadas, são atingidas de maneira brutal.

Ao examinar o escrito, vemos que Adorno (2003) dá especial visibilidade à Educação Infantil, ao afirmar que a “educação que tem por objetivo evitar a repetição precisa se concentrar na primeira infância” (Adorno, 2003, p. 122). O teórico nos ajuda a (re)afirmar que a atenção educativa para bebês e crianças pequenas é determinante para nos humanizar. Assim, a luta histórica por educação para a primeira infância no mundo e, em destaque, no Brasil, tem sido alimentada por movimentos de evoluções e involuções civilizatórias, como o advento da modernidade e a ideação de conceitos e práticas de democracia, de cidadania e de direitos civis. O Estado, marcado por contradições, é apreendido, em uma perspectiva crítica, como um campo de processos complexos de lutas e disputas. Nesse contexto, as políticas estatais

¹ Doutora em Educação. Professora do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins, Brasil. E-mail: menissa.bessa@uft.edu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6176132217099400>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1941-5524>.

² Editora responsável da *Revista Educação e Políticas em Debate*. Doutora em Educação pela UFU. Professora associada no Núcleo de Políticas e Gestão da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: leonice@ufu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9049041703208746>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7109-3257>.

³ Doutora em Educação. Universidade do Estado do Amazonas. Tabatinga, Amazonas (AM), Brasil. E-mail: jprintes@uea.edu.br; Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2493027648589841>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6065-6058>.

carregam essas mesmas marcas, expressando contradições que afetam diretamente a garantia de proteção e dos direitos necessários ao pleno desenvolvimento da infância.

Nesses processos, ao longo da história e considerando as muitas particularidades idiossincráticas dos diferentes contextos nacionais, embora as crianças estivessem envolvidas, estas não foram vistas e, ainda hoje, é comum não serem percebidas. Nem sempre elas são respeitadas ou protegidas e, não poucas vezes, são vítimas indefesas de violências sociais, como racismo e outros preconceitos étnicos, desigualdade de gênero, intolerância religiosa e pobreza.

No decorrer dos tempos, as infâncias têm sido mortas pelas guerras e pela miséria, muitas vezes abandonadas por seus responsáveis, e, diariamente, roubadas de seus direitos pela negligência de autoridades políticas, governamentais e judiciárias. Tudo isso está acontecendo agora, ainda que vejamos alguns avanços. Esses avanços, no Brasil, são particularmente registrados na década de 1980, uma vez que este período de redemocratização representou um divisor de águas para a Educação Infantil. Em meio a diversas manifestações de abertura política, todos os estados da federação se manifestavam a favor da ampliação de creches e pré-escolas; movimento de mulheres lutavam por melhores condições de oferta em instituições infantis; e educadores/as denunciavam o preconceito a essas instituições como lugar de pobres e sem perfil educativo.

Kuhlmann (1998), ao relatar seu envolvimento com os acontecimentos históricos do final dos anos 1970 e dos anos 1980 com as lutas, inclusive, para a educação das crianças pequenas, revela que foi um intenso período de generalização de grandes movimentos sociais. “Participamos de manifestações estudantis, reabrindo Centros Acadêmicos que haviam sido fechados pela repressão e realizando passeatas pelas liberdades democráticas” (Kuhlmann, 1998, p. 180). O estudioso enfatiza que o povo se mobilizou e “presenciamos a força dos operários e de toda a classe trabalhadora [...]. As creches apareciam como um resultado, como um símbolo concreto dessas lutas” (p. 180). O texto constitucional de 1988 registra a educação em creches e pré-escolas sob o ícone do direito. Mas, como avaliam Kramer e Alves (2025, p. 20),

A trajetória da Educação Infantil no Brasil é marcada pelo protagonismo de movimentos sociais, pelo engajamento de intelectuais e pela evolução normativa, mas permanece permeada por desafio de equidade de efetivação da qualidade, exigindo contínua mobilização e investimento público.

Assim, a Carta Constitucional representou ganhos elevadíssimos para a criança pequena, ao reconhecê-la como sujeito de direito à educação infantil, uma vez que os dizeres legais legitimaram o atendimento educacional em uma fase específica da vida, com

suas necessidades elevadas à máxima consideração. A contribuição avança no sentido de romper com a perversa concepção de amparo e assistência no fornecimento de serviços à pequena infância. Tem-se, então, o processo que culminou no direito à educação da primeira infância no Brasil. Dessa forma, ao longo desses 37 anos de aprovação da Constituição Federal de 1988, a institucionalização da primeira infância tem ganhado status de educação formal, em que os sujeitos envolvidos (estudiosos do campo da educação, agentes do Ministério da Educação, secretários de ensino municipal, diretores/as e professores/as) têm discutido a creche e a pré-escola no âmbito da educação como direito social desde o nascimento.

Como se sabe, essas conquistas sociais se deram concomitantemente às medidas regulatórias que, desde a década de 1990, trabalharam para a introdução do Brasil no projeto neoliberal capitalista e o desmonte de consecução de direitos sociais. Dessa forma, destacamos, a título de exemplo, duas leis de ajustes fiscais que impactaram o direito ao acesso à educação na primeira infância. No ano 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, n. 101 (Brasil, 2000), foi aprovada com o objetivo de realizar o controle do endividamento público e a busca do equilíbrio fiscal. Ocorre, então, a limitação dos gastos públicos, pois a lei fixa que o poder público não poderá gastar mais que 60% com despesas de pagamento de funcionários. Essas imposições estimulam que as prefeituras, responsáveis pela oferta da primeira etapa, busquem soluções como as parcerias público-privadas, pois, uma vez que muitas prefeituras já estão no limite de gastos com pessoal e a demanda por vagas na educação infantil só cresce, torna-se uma alternativa permitida pelas versões do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEB), lei de financiamento da Educação Básica.

Somado ao crescimento do movimento privatista da educação infantil, com a contribuição da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2016, foi aprovada a Emenda Constitucional 95 de 15 de dezembro 2016, que vigorou até 2023. Essa emenda redefiniu o regime fiscal e fixou o teto de gastos por 20 anos, o que paralisou os aumentos de investimentos públicos sociais, tendo sido aprovada em um contexto de “Estado de Exceção”, na gestão de Michel Temer (MDB, 2016-2018), após o impeachment de Dilma Rousseff, momento em que a elite econômica e política se realinharam aos interesses econômicos internacionais (Saviani, 2017). Muitos foram os efeitos nas áreas sociais. Na educação, dentre outros, tivemos a inanição de recursos e interesses político-sociais para a execução das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2014) – que, atualmente, está fechando o seu período estendido em um ano, ou seja, ampliado para 2025. Dessa maneira, em relação ao desenvolvimento da educação brasileira, a meta 20

do PNE, que previa a ampliação de investimentos com educação para o patamar de 10% do PIB, jamais foi alcançada, impactando, diretamente, as metas de universalização de matrículas da pré-escola e de ampliação de vagas da creche.

A Meta 1, que assumia a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para crianças de quatro a cinco anos de idade, assim como a ampliação da oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência do Plano, não foram alcançadas. Atualmente, 94,6%% das crianças em idade de pré-escola frequentam-na, e 41,2% têm acesso à creche (INEP, 2025). Esses dados variam, significativamente, quando se olha os índices por grandes regiões e por estados. O direito de acesso, base elementar, soma-se à necessária garantia de uma educação infantil de qualidade, com parâmetros socialmente construídos que assegurem o desenvolvimento pleno de todas as crianças.

Ao interpretar esses freios normativos reacionários, percebe-se os objetivos neoliberais implementados em políticas públicas que não têm compromisso com as crianças ou com as diversas infâncias no nosso país. Abramowicz e Kramer (2023, p. 5) sintetizam o desmonte dos avanços afirmando que há um

processo de “filantropização das creches”, na qual as crianças de zero a três anos estão sendo atendidas em creches conveniadas, a maioria religiosa, “voucher” para creche para as famílias pobres como política pública de atendimento a demanda, processo de apostilamento das pré-escolas, acrescida de uma atmosfera social de disputa política, nas quais as forças autoritárias, conservadoras, de extrema direita impõem uma pauta à educação das crianças pequenas, disputando seus corpos, seus territórios, sua subjetividade por meio das políticas públicas de maneira a esvaziar a história e as conquistas das lutas por uma Educação Infantil pública, laica e de qualidade para a população brasileira.

É primordial que a luta continue! Lutemos pelo fortalecimento de uma democracia que de fato garanta os direitos das crianças, que, além do acesso escolar, atue para o forjamento de pessoas críticas e emancipadas, uma vez que “a educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma auto-reflexão crítica” (Adorno, 2003, p. 121) – uma educação que humaniza, uma educação não subjugada ao mercado, mas que trabalhe no pleno respeito pelas múltiplas infâncias brasileiras, nos grandes e pequenos municípios; tanto as infâncias rurais e em comunidades quilombolas quanto as infâncias das águas e das florestas.

A criança que vive a sua infância merece ser vista e entendida em suas especificidades, pois todas elas são vibrantes em suas manifestações de interesse e curiosidade. As crianças podem chegar à escola em cadeiras de roda, ou com limitações de visão; elas podem ter

diagnósticos de neurodiversidade ou outras deficiências; e cada uma delas tem o direito de ser atendida e respeitada em suas necessidades. Por isso, a formação de professores é ponto chave para a qualidade da educação. Para mais, é necessário orçamento suficiente, e tudo isso depende de vontade política.

Essa edição especial do dossiê “Políticas públicas de Educação Infantil e a luta histórica por acesso e qualidade” é aberta pelo artigo “Formações de professoras da Educação Infantil no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada: sentidos de qualidade em disputa”, das pesquisadoras Juliana Diniz Gutierrez Borges e Liziana Arâmbula Teixeira, ambas da Universidade Federal da Grande Dourados. A pesquisa, de natureza qualitativa, examina documentos formativos e registros de ações de formação docente, buscando compreender as disputas que permeiam as práticas formativas. Inspirada nas abordagens de Stephen Ball (1994, 2001) e Ernesto Laclau (2006, 2011), concebe-se a qualidade como um significante vazio em disputa. Os resultados apontam que a qualidade reivindicada nas ações formativas está ancorada na valorização das múltiplas linguagens, da cultura e das experiências das crianças e professoras, resistindo às tendências de padronização curricular e antecipação da alfabetização.

O texto intitulado “Crianças autistas em uma creche municipal da cidade do Recife - Pernambuco: do direito ao acesso à permanência inclusiva”, de Maria Heloíse Rodrigues da Costa, Eunice Maria Marinho de Santana e Tícia Cassiany Ferro Cavalcante, autoras da Universidade Federal de Pernambuco, tem como objetivo analisar as práticas pedagógicas e de inclusão para crianças autistas em uma creche localizada na cidade do Recife. Utilizando uma abordagem qualitativa, com procedimento de estudo de caso, os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e analisados por intermédio da vertente semântico-categorial da Análise de Conteúdo, permitindo que as autoras demonstrassem que a instituição educativa estudada está bem articulada ao processo de inclusão para promoção da permanência dos alunos autistas no espaço formal de ensino, apesar dos desafios diários apresentados pelas professoras entrevistadas. Considerando a crescente relevância da discussão sobre a inclusão de pessoas com deficiência e os inúmeros problemas que afetam o verdadeiro significado da inclusão escolar, o texto busca contribuir para o entendimento de políticas de acesso da criança autista na educação infantil.

O terceiro texto desta edição especial é “Um estudo sobre a implementação da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (2014 -2024): monitoramento dos Planos Municipais de Educação do Vale do Sombrio, Piauí”, de autoria das pesquisadoras Isabel Cristina da Silva Fontineles, Mary Gracy e Silva Lima, Gerlândia Amorim da Silva e Karinne Williams Silva Lemos, todas da Universidade Estadual do Piauí. Buscou-se compreender, no texto, como as

políticas de ampliação do acesso à Educação Infantil têm sido aplicadas, com base nos dados de matrícula líquida extraídos do Observatório da Fundação Abrinq. A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, monitorando os indicadores da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE), em cada município do Vale do Sombrio. Nos achados da pesquisa, ficam evidentes os desafios que esses municípios têm que enfrentar para avançar no acesso. Em muitos casos, os dados mostram que a Meta 1 do PNE ainda está distante de ser atingida na prática, especialmente em contextos mais vulneráveis.

O artigo “As implicações do ideário neoliberal na política de compra de vagas para a creche no Brasil: uma revisão”, das professoras Bruna Thais Rodrigues Furyama, Gisleine Cristina da Silva e Elizangela Dias Santiago Fernandes, da Universidade Estadual de Maringá, tem o objetivo de investigar o ideário neoliberal na política de compra de vagas para creches no Brasil. Para tanto, utilizaram ferramentas eletrônicas como o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e o Google Acadêmico. Foram selecionados oito artigos. A análise concluiu que, para a expansão de vagas na educação infantil, o governo tem utilizado o acesso a partir da parcialização do atendimento, principalmente para as pré-escolas, e/ou da ampliação do conveniamento, via compra de vagas, fundamentalmente, para o atendimento das crianças de zero a três anos em creches. As consequências das influências do ideário neoliberal nas políticas de compra de vagas destinadas às creches são aceleradas por meio do processo de judicialização e/ou condição social da criança. Destaca-se que esse mecanismo de compra de vaga tem fragilizado a qualidade do atendimento educacional ofertado na educação infantil, sobretudo nas creches, pois o direito de acesso tem prevalecido sobre o direito à qualidade.

Bruna Eduarda Martins Santos, Lucinéia Maria Lazaretti, Lussuede Luciana de Sousa Ferro e Vanessa Alves Pedro Santos, da Universidade Estadual do Paraná, são as autoras do texto “Perfil das formadoras municipais do LEEI e a identidade docente: uma análise da região noroeste do Paraná”. A intenção do artigo é analisar o perfil das formadoras municipais do programa de formação continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI) e as implicações para a identidade docente. Para isso, desenvolveu-se a pesquisa por meio de estudo bibliográfico, associado a um questionário com perguntas abertas e fechadas, direcionadas para 21 professoras participantes. A análise dos dados levantados revelou que é preciso investimento político, institucional e pessoal para potencializar o trabalho entre diferentes gerações de professoras, garantindo a sistematização de práticas de leitura e escrita que contribuam para a humanização e a emancipação das crianças desde tenra idade.

“Parcerias público-privadas na educação infantil em Maringá (PR): uma análise histórica das estratégias de privatização” é o título do sexto artigo, de autoria das professoras da Universidade Estadual de Maringá Adriana Regina Pereira de Abreu e Telma Adriana Pacífico Martineli. O objetivo consiste em compreender a trajetória histórica da educação municipal, com ênfase em dois momentos marcantes: a implantação das escolas cooperativas, na década de 1990, e a aprovação e execução do projeto de compra de vagas para a educação infantil, a partir de 2018. Esses dois marcos evidenciam as estratégias adotadas pelo poder público para suprir as demandas educacionais em diferentes contextos históricos. A análise desses dois importantes modelos de privatização da oferta educacional revela que, embora separados por aproximadamente 30 anos, ambos estão inseridos em um mesmo contexto social, econômico, político e cultural da sociedade capitalista, no qual a privatização e a terceirização de serviços públicos são adotadas como alternativas frente a desafios estruturais.

O artigo “A retomada da política da Educação Infantil do campo, das águas e das florestas: apontamentos para reflexões sobre as demandas das famílias”, de Luciana Pereira Lima, da Universidade Federal de Uberlândia, e de Ana Paula Soares Lima, da Universidade Estadual de São Paulo, tem como objetivo apresentar e discutir aspectos da demanda das famílias sobre o atendimento em creche/pré-escola em territórios rurais, trazidos no processo de retomada da pauta da Educação Infantil do campo, das águas e das florestas (EICAF), por meio da construção coletiva e participativa do Projeto “Indicadores de Qualidade da EICAF – IndiqueEICAF” (FAPESP PPPP 2023/10272-0). O IndiqueEICAF é desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), no âmbito da implementação dos Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade de Educação Infantil (PNQEEI). Os dados foram levantados em oficinas realizadas no Nordeste, Sudeste, Sul e Norte do país, com diferentes atores sociais da educação infantil, da educação do campo, gestoras/es, professoras/es e pesquisadoras/es. Os consensos nas discussões, traduzidos e materializados em pré-indicadores, reafirmam e radicalizam as posições sobre o atendimento necessariamente no território, de forma sensível às diversidades.

O oitavo escrito, de título “Leitura literária na Educação Infantil: o que dizem os documentos oficiais?”, é de Andreia Borges de Oliveira Carvalho, da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, e de Ilsa do Carmo Vieira Goulart, da Universidade Federal de Lavras. Elas objetivam identificar as orientações dispostas nos documentos oficiais referentes à leitura na educação infantil, de modo a refletir sobre o processo de implementação de políticas públicas direcionadas à formação literária na infância. Para tanto, as autoras realizaram uma pesquisa de análise documental, priorizando um estudo sobre os documentos Referenciais

Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998), Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2009), Cadernos Leitura e Escrita na Educação Infantil (2016) e Base Nacional Comum Curricular (2018). Percebeu-se que as políticas públicas foram mobilizadas e investimentos viabilizados, entretanto, as orientações sobre o trabalho com a leitura e a leitura literária ficaram cada vez mais sintetizadas, o que sinaliza descaso com a formação literária docente na educação infantil.

La Presencia de la Alteridad en las Políticas Públicas Distritales de la Primera Infancia en Bogotá: una Lectura Hermenéutica Reflexiva desde las Infancias Vulnerables, é o nono artigo desta edição especial. Juan Francisco Remolina Caviedes da Institución Educativa Pozo Nutrias Dos (Colômbia) e Sandra Patricia Medina Camargo da Universidad Autónoma de Bucaramanga (Colômbia), analisam a presença da alteridade nas políticas distritais de educação infantil em Bogotá (Colômbia) durante as duas últimas gestões, utilizando uma abordagem hermenêutica reflexiva. Parte-se do princípio de que, embora as políticas atuais mencionem a abordagem diferencial, existem lacunas significativas em sua implementação que afetam o reconhecimento de crianças pertencentes a populações vulneráveis, como migrantes, pessoas deslocadas, povos indígenas e pessoas com deficiência. A pesquisa baseia-se na análise documental de diretrizes regulatórias e planos setoriais, a partir de uma perspectiva ética do outro, apoiada em autores como Levinas, Dussel e Gadamer. Conclui-se que a alteridade ainda não se tornou um princípio norteador das políticas públicas, o que limita a garantia do direito a uma educação infantil verdadeiramente inclusiva.

Os dois últimos textos são relatos de importantes experiências no campo de políticas públicas da Educação Infantil. O texto “Inclusão do público da Educação Especial na Educação Infantil: o papel dos diferentes atores escolares na efetivação das políticas públicas de acesso e qualidade” é o relato das professoras da Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia Vilma Ramira de Jesus, Helaine Rúbia Gonçalves da Silva, Kelly Alves Camilo e Flávia Junqueira da Silva. A discussão evidencia a importância das práticas pedagógicas colaborativas e da atuação integrada dos profissionais da escola na garantia do acesso, permanência e aprendizagem por meio da Educação Especial. Nesse sentido, o relato destaca os desafios e possibilidades enfrentados no cotidiano escolar, reafirmando a necessidade de transformar a escola em um espaço inclusivo.

O segundo relato é de autoria de Kezia Rodrigues Nunes, Karolyne Scheyner Rodrigues Amorim e Cristany Torezani Lima, todas da Universidade Federal do Espírito Santo, e tem como título “Professoras, suas experiências são valiosas! Infâncias em abordagem sistêmica na composição do Projeto Político Pedagógico”. Este texto trata da autoria docente nas produções escolares, com o objetivo de compartilhar composições

táticas na formação continuada para a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP). O cenário é um curso com duração de 120h, em formato híbrido, com participação presencial de 100 cursistas e voluntária de aproximadamente mil profissionais. Integram o curso 45 Centros Municipais de Educação Infantil, a Secretaria Municipal de Educação e a universidade. Como metodologia, utiliza a pesquisa com os cotidianos e, como fontes, as narrativas dos cursistas. As análises indicam a relevância de uma organização sistêmica que promova condições objetivas e a relevância do enfrentamento às lógicas padronizadoras, que substituem experiências singulares por modelos fechados.

Finalizamos esta apresentação expressando nossos agradecimentos à *Revista Educação e Políticas em Debate (REPOD)*, às autoras e aos autores que nos enviaram seus manuscritos e a todas as pessoas que contribuíram com as avaliações, as quais possibilitaram a publicação dessas pesquisas e estudos do campo da Educação Infantil. Às leitoras e aos leitores, desejamos, imensamente, que este dossiê represente mais uma forma de manifestação em favor da consolidação do direito à educação com qualidade para bebês e crianças pequenas.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete; KRAMER, Sônia. Afinal, para que serve a Educação Infantil? *Revista Olhar de professor*, Ponta Grossa, v. 26, p. 1-11, 2023.

ADORNO, Theodor. Educação após Auschwitz. In: ADORNO, Theodor. *Educação e emancipação*. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 119-138.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 26 set. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp/101.htm. Acesso em: 5 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Institui o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 28 set. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das disposições transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 dez. 2016d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 7 jul. 2025.

KUHLMANN, Moisés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KRAMER, Sonia; ALVES, Rosiane Brandão Siqueira. Roda de intelectuais: memórias do Fórum Permanente de Educação Infantil do Rio de Janeiro. *Revista Educação e Políticas em Debate*, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 1-22, 2025. DOI: 10.14393/REPOD-v14n3a2025-78310. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/78310>. Acesso em: 23 nov. 2025.

SAVIANI, Dermeval. A crise política do Brasil, o golpe e o papel da educação. In: LUCENA, C.; PREVITALI, F. S.; LUCENA, L. (org.). *A crise da democracia brasileira*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 215-232.